

**GRUPO DE TRABALHO  
PARA ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA DOS  
INCÊNDIOS FLORESTAIS**

**12 de fevereiro de 2014**

**(2.<sup>a</sup> Audição)**

## **SUMÁRIO**

*A Sr.<sup>a</sup> Coordenadora do Grupo de Trabalho, Vice-Presidente Teresa Caeiro, deu início à audição eram 12 horas e 10 minutos.*

*Os Srs. Comandante Joaquim Chambel (CADIS — Centro Sul), Comandante Carlos Rodrigues Alves (CODIS — Porto) e Comandante Armando Silva (CODIS — Viana do Castelo) responderam a questões colocadas pelos Srs. Deputados Hélder Amaral (CDS-PP), Isabel Oneto (PS), Maurício Marques (PSD) e Miguel Freitas (PS).*

*A Sr.<sup>a</sup> Coordenadora encerrou a audição eram 13 horas e 32 minutos.*

A Sr.<sup>a</sup> Coordenadora (Teresa Caeiro): — Srs. Deputados, vamos dar início à nossa segunda audição de hoje.

*Eram 12 horas e 10 minutos.*

Começo por agradecer aos nosso Convidados o facto de terem acedido a estar presentes nesta reunião do Grupo de Trabalho para o Acompanhamento da Problemática dos Incêndios Florestais, que foi constituído por iniciativa da Sr.<sup>a</sup> Presidente, que entendeu — e bem — que deveríamos aproveitar esta altura, que não é a época de fogos, para fazermos uma reflexão aprofundada sobre esta problemática, sobre as falhas, sobre aquilo que podemos e devemos fazer, de modo a debelar este flagelo que anualmente vai destruindo o nosso País e, muitas vezes, ceifando vidas.

Assim sendo, eu gostaria de agradecer aos Srs. Comandantes a vossa presença. Tínhamos combinado com os Srs. Deputados que começariam, desde já, a colocar as questões que entendessem e que depois os Srs. Comandantes responderiam individualmente. Não sei se estão de acordo com essa metodologia?

O Sr. Deputado Hélder Amaral pediu para ser o primeiro, pelo que, se não houver oposição das restantes bancadas — e penso que não há —, tem a palavra para colocar as suas questões, Sr. Deputado.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, eu queria, obviamente, começar por cumprimentar os CODIS (Comandantes Operacionais Distritais) aqui presentes e, para poupar tempo, ir diretamente às minhas dúvidas e questões.

A intenção do Grupo de Trabalho é perceber e melhorar a legislação existente, e perceber o que é que temos feito e onde é que devemos apostar mais. O nosso trabalho sai facilitado, uma vez que acabámos de ouvir a AFOCELCA e alguns especialistas, e percebemos que grande parte da nossa ação se deve centrar na prevenção. Obviamente, quando falo na prevenção digo pré-prevenção, porque é preciso ver se os meios funcionam, se os mapas de risco estão atualizados e bem definidos, se o pré-posicionamento de meios também está bem feito e, obviamente, a realidade da AFOCELCA não é replicável pelo País, porque nós temos um conjunto de dificuldades que temos tentado corrigir e nem sempre conseguimos, pelo que aqui a pergunta é saber se definimos bem. E porque me parece que há aqui uma falta de coordenação e uma falta de utilização de meios — ainda agora assistimos à dúvida sobre a utilização dos meios aéreos —, a minha pergunta é se está bem definido quando é que se devem usar os meios aéreos, quando é que eles são eficazes, quem os coordena e se esta mesma clareza existe para a utilização do resto do equipamento (máquinas de arrasto, um conjunto variado de homens ou de populações de bombeiros); porque me parece que perpassa na nossa ideia que há uma descoordenação na utilização de tudo isto e essa descoordenação faz com que, muitas vezes, pequenos incêndios se transformem em grandes incêndios e que alguns se tornem tremendamente perigosos para os homens que os combatem.

Gostaria de saber se está bem definido quando e como devemos ir contra o fogo ou quando e como devemos esperar pelo fogo; quando e como se deve utilizar fogo tático, ou não, e saber bem se esta Autoridade, aos vários níveis, está bem definida, porque, apesar de esta questão este ano não ter sido muito falada, também percebemos que inicialmente havia

grandes dúvidas sobre a cadeia de comando: quem comanda o quê e quem intervém em que área.

A ideia de abolir o que está na lei — a utilização do COM (Comando Operacional Municipal) — não é deste Grupo, já vem do passado: houve até grupos parlamentares que o propuseram. A minha pergunta é se o COM faz sentido, se o COM deve ser para o município ou para uma área maior. Como é que o COM age e em que circunstâncias, com o comandante distrital e depois do comandante distrital para o nacional? Como é que podemos melhorar ou se está tudo já bem feito nessa cadeia de comando.

Depois, obviamente, ver como é que é feita a interação com o Exército e com a GNR.

Penso que já fiz um conjunto razoável de perguntas, pelo que passo a palavra aos meus colegas.

A Sr.<sup>a</sup> Coordenadora: — Antes que me esqueça, pedia aos Srs. Comandantes o favor de se identificarem quando respondessem às perguntas que lhes são colocadas, porque esta audição está a ser gravada. Obrigada.

Daria agora a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Oneto.

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Oneto (PS): — Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, queria cumprimentar os Srs. Comandantes, em nome pessoal e em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e agradecer-lhes a disponibilidade em virem até cá e ajudarem-nos a compreender esta problemática dos incêndios florestais e do seu combate.

Temos feito aqui um conjunto de audições no sentido de tentar perceber a situação, não só ao nível da prevenção estrutural, mas também ao nível das respostas, naquelas em que os senhores mais intervêm. Assim,

e complementando aquilo que o meu colega já referiu, gostaria de levantar algumas questões.

A zona do Porto regista perto de 20 a 23% das ignições de todo o País e suponho que isso se deve ao próprio desordenamento do território, o que faz com que a maior parte dos incêndios sejam mistos e só depois sejam, efetivamente, florestais. É esta a realidade ou há outras causas que justifiquem este número? Como se explica este número de ignições no distrito do Porto?

Em contrapartida, Viana do Castelo tem um problema de mobilização de bombeiros: há, manifestamente, um número baixo de bombeiros voluntários no distrito de Viana do Castelo, e isso coloca-nos a questão de saber como é que o Estado pode lidar com esta realidade quando, efetivamente, o voluntariado funciona, acima de tudo, à noite e ao fim de semana e, durante o dia, aqueles que estão nos quartéis são, em regra, assalariados das próprias associações e, portanto, é com aquele número que, efetivamente, se pode contar. Gostaria de saber como é possível fazer essa gestão, sabendo que grande parte dos incêndios florestais é combatida por bombeiros voluntários, cuja disponibilidade é, muitas vezes, difícil de garantir.

Outra questão tem a ver com o posto de comando operacional e a sua constituição no teatro de operações.

A verdade é que a maior parte das vezes, o que se tem visto é que o teatro de operações, tal como o SIOPS (Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro) o refere, é normalmente constituído em ataque ampliado; raramente é constituído no início dos incêndios florestais. Isto prende-se, muitas vezes, com a falta de autoridade do próprio comandante que lidera as operações, porque a verdade é que, em muitos casos, o primeiro incêndio, o primeiro combate é feito por um bombeiro de 3.<sup>a</sup>

classe ou um bombeiro de 2.<sup>a</sup> classe, e o problema é este: se ele for para um incêndio com quatro homens, ele precisa de fazer a avaliação da evolução do incêndio para saber se precisa ou não de mais pessoas, como é que o incêndio vai ou não evoluir. A minha pergunta é esta: são-lhe postos à disposição os meios — o técnico florestal, o oficial de ligação da GNR — para ele poder dizer: «Bem, nestas circunstâncias, com o tipo de vegetação que aqui temos, com o tipo de humidade, com o tipo de temperatura, isto vai demorar  $x$  tempo e eu consigo controlar isto ou preciso de mais uma, duas ou três equipas». E só quando, efetivamente, as coisas começam a assumir uma determinada proporção é que o posto de comando, com o oficial de ligação, com toda a logística, é definido. Aliás, mesmo em grandes incêndios, às vezes, ouvimos dizer que a logística não funciona, nomeadamente a alimentação aos bombeiros, os tempos de repouso, enfim... Se muitas vezes nem nos grandes incêndios estes aspetos estão assegurados, a verdade é que nos pequenos incêndios esta questão também se coloca, acima de tudo porque, na maior parte das vezes, eles não têm um posto de comando operacional, no sentido de terem oficiais de ligação — a GNR, para o trânsito, etc., talvez seja a que está mais disponível no momento, mas quanto ao resto, normalmente, não têm esse tipo de apoio.

Portanto, conclui-se que os incêndios nascem todos pequenos e que se tornam grandes porque deixam de ser controlados.

Como é que se resolve esta questão ao nível do patamar municipal, no sentido de dar condições para que, efetivamente, haja um posto de comando operacional, tal como a lei o prevê, mesmo em incêndios que não tenham a dimensão que justifique a avocação do incêndio por parte da Autoridade Nacional?

A outra questão é precisamente essa da avocação das situações de incêndio.

A verdade é que, a partir de determinada altura, a Autoridade Nacional avoca, porque intervém, na medida em que há já uma dimensão do incêndio que justifica subir ao patamar distrital, mas a verdade é que desde o início que os senhores acompanham, fiscalizam, verificam, exatamente porque a Autoridade Nacional tutela a atividade dos bombeiros, e os senhores acompanham desde o início, desde a saída do primeiro veículo, ao segundo, ao terceiro...

A Sr.<sup>a</sup> Coordenadora: — Pedia-lhe que concluísse, Sr.<sup>a</sup> Deputada, porque já ultrapassou largamente o seu tempo.

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Oneto (PS): — Vou terminar, Sr.<sup>a</sup> Coordenadora.

Aliás, por força do princípio da subsidiariedade, os senhores devem acompanhar, e depois avocar, o incidente, o combate ao incêndio florestal.

A questão que coloco é a seguinte: como é que podemos justificar que em incêndios como o do Algarve, ou como em incêndios que ocorreram este ano no Caramulo, não tenha sido acionado um único plano municipal de emergência, nem tenha sido acionado um único plano distrital de emergência? São inoperantes, não servem? É esta a questão que lhes deixava.

A Sr.<sup>a</sup> Coordenadora: — Sr. Deputado Maurício Marques, tem a palavra.

O Sr. Maurício Marques (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente, também eu, em nome do PSD, quero agradecer a presença dos Srs. Comandantes e o contributo que podem dar para, de certa forma, minimizarmos este flagelo que ocorre todos os anos.



Já aqui foi referido e não vou repetir o que foi perguntado pelos meus colegas, mas temos aqui um número significativo de ignições e temos um número significativo de reacendimentos. Uma questão que se impõe é a de sabermos até que ponto, e dada a vossa experiência no terreno, é que nós temos um número tão elevado de ignições e um número tão elevado de reacendimentos.

Foi dito aqui pelas pessoas que vos antecederam que nalguns países, a proporcionalidade do combate e do rescaldo é de 1 para 3, ou seja, é 1 para o combate e 3 para o rescaldo. Parece-nos que, efetivamente, dado o número de reacendimentos que ocorrem provavelmente não é exatamente esta a relação que existe. Gostaria de vos solicitar que nos ajudassem a perceber se, efetivamente, o rescaldo não é convenientemente executado e de que forma é que poderíamos melhorar nessa prevenção, já que muitas vezes assistimos a situações em que o fogo está controlado, o fogo é considerado extinto e, passado algum tempo, há um reacendimento que dá origem a um incêndio de grande dimensão.

Além disso, queria colocar-vos uma questão, que tem alguma complexidade, de todo o modo eu não poderia deixar de vos colocar.

Existe alguma dificuldade de relacionamento entre as forças em presença no teatro de operações? Muitas vezes, surgem algumas notícias que apontam para alguma dificuldade de relacionamento entre as forças em presença. Da mesma forma que também aqui foi dito há pouco, que por vezes não há uma coordenação adequada dos meios aéreos, e isso é preocupante. Por isso, gostaria que se pronunciassem sobre esta matéria.

Depois, e relativamente aos meios aéreos: obviamente que é um ponto que normalmente é «apetecível»... Sempre que ocorre um grande incêndio, a comunicação social, e todos nós temos a tentação de perguntar pelos aviões, pelos meios aéreos, etc. Mas todos sabemos — e os senhores

saberão melhor do que nós — que, efetivamente, o meio aéreo se for isolado não tem a eficácia que lhe é pedida, ou seja, um meio aéreo para ser eficaz tem de ser acompanhado de forças terrestres.

Assim, dada a vossa experiência, pergunto se esta proporcionalidade de forças entre meios aéreos e meios terrestres está equilibrada, porquanto a percepção que tenho — e estive presente em alguns incêndios — é a de que os meios aéreos, muitas vezes, não são acompanhados por forças terrestres e apenas se limitam a descarregar água que, depois, não tem a eficácia necessária.

Procurando ser breve, há ainda uma questão que tem aqui sido referida em anteriores audições, que tem a ver com a falta de alguma formação, quer de formação dos próprios bombeiros — e isso tem implicações não só no combate, mas na própria segurança deles próprios — , quer também com a formação de alguns comandantes — e esta é uma questão que eu gostaria que abordasse.

Vou terminar, falando da movimentação de meios. Nós assistimos todos os anos a um grande teatro de movimentação de meios, na deslocação de grandes colunas de norte a sul do País ou de sul a norte do País em que, por vezes, dada a demora nessas movimentações, quando chegam ao incêndio, esses meios já não são necessários.

Então, pergunto até que ponto é que poderíamos melhorar essa situação, havendo movimentação de meios, sim, mas de meios humanos e não tão técnicos, porque, muitas vezes, assistimos a que movimentação de meios tem mais a ver com equipamentos, nomeadamente viaturas, autotanques... e, depois, o que falta são homens.

Portanto, sabendo que, muitas vezes, as máquinas poderiam ter uma utilização maior, até que ponto não faltam meios humanos e há excesso muitas vezes de meios técnicos? É porque poderíamos melhorar, fazendo a

movimentação de meios humanos e não de meios técnicos.

A Sr.<sup>a</sup> Coordenadora: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Miguel Freitas.

O Sr. Miguel Freitas (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, muito obrigado.

Começo também por cumprimentar os Srs. Comandantes, três homens que há muitos anos andam nestes combates, que têm uma experiência extraordinária para nos trazer, a qual vamos procurar usar neste Grupo de Trabalho.

Nestas audições, normalmente, procuramos ser «politicamente corretos», mas eu gostaria de pedir-lhe que na resposta a algumas das questões vou colocar-lhes usassem de frontalidade, porque, julgo, estamos num momento em que precisamos de tomar algumas decisões importantes. Portanto, apelo à necessidade de alguma frontalidade.

Em primeiro lugar, estamos perante uma figura nova, que é o CADIS. O Sr. Comandante Chambel tem grande experiência, já foi CODIS, é hoje CADIS e eu gostava de saber se essa entidade é a entidade necessária para a estrutura intermédia política deste sistema.

Em segundo lugar, eu gostava de saber que caminho é que temos de fazer. De facto, esta entidade tem virtualidades e eu gostaria de saber quais são essas virtualidades e qual é o caminho que julga que devemos fazer para a consolidação dos CADIS.

Em terceiro lugar, CODIS/CADIS, experiências e formações... Bom, nós temos CADIS e CODIS com a mais variada experiência e formação a nível nacional. Então, devemos ou não uniformizar a formação dos comandantes operacionais? Isto é, devemos ou não ter uma carreira de gestão de emergência em Portugal com a criação — e o termo não é meu é

do Prof. Xavier Viegas que hoje trouxe aqui esse conceito — de uma academia para a formação dos comandantes deste sistema?

Em quarto lugar, temos uma força essencialmente baseada em bombeiros voluntários. Devemos ou não reter a força especial de bombeiros e proteção civil em Portugal? Temos 300 homens, neste momento, e devemos, a prazo, robustecer ou não e como é que isso se pode articular com os GIPS da GNR?

Uma outra questão tem a ver muito com a experiência do Sr. Comandante Armando Silva em Viana do Castelo na Peneda do Gerês. Temos um programa para Peneda do Gerês e devemos ou não em Portugal ter programas dirigidos a áreas concretas?

Da sua experiência, podemos ter programas e planos específicos para a Peneda do Gerês ou essa é uma experiência que ainda não deu resultados para podermos tirar conclusões sobre essa matéria?

Numa das audições anteriores foi referido que devemos usar mais meios indiretos de combate. Acha que, neste momento, os nossos corpos de bombeiros estão preparados para passar a uma tática diferente do ponto de vista dos combates ampliados em Portugal?

Vou terminar com uma pergunta, que é recorrente e que também tem a ver com a sua experiência em Viana do Castelo e que tem a ver com a necessidade de adequação de meios e com o modelo GRUATA e GRIF.

Gostava, pois, de saber se isso resolve o problema ou se é necessário ter outra forma para resolver a questão da adequação de meios, particularmente no distrito de Viana do Castelo.

A Sr.<sup>a</sup> Coordenadora: — Vamos passar à fase das respostas, para o que dou a palavra ao Sr. Comandante Joaquim Chambel, que dispõe de 15 minutos, o que é um exercício difícil tendo em conta o grande conjunto de

perguntas que foi colocado, mas, dado o adiantado da hora, peço-lhe alguma contenção, na medida do possível.

O Sr. Comandante Joaquim Chambel (Comandante do CADIS — Centro Sul): — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Coordenadora.

Quero agradecer a oportunidade que a mim e aos meus camaradas nos deram no sentido de também tentarmos contribuir para, senão a resolução, pelo menos, o minorar do problema dos incêndios florestais em Portugal.

Desempenho as funções de Comandante de Agrupamento do Centro Sul e, no que se refere aos incêndios florestais, tenho, neste momento, uma experiência de 37 anos.

Vou tentar, muito sucintamente, dar resposta muito direta e objetiva a um conjunto de perguntas que aqui foram formuladas, mas, como muitas delas estão interligadas, os Srs. Deputados desculpar-me-ão, mas não irei falar da questão muito concreta do Porto e de Viana do Castelo, dado que estão aqui pessoas que estão muito mais à vontade do que eu e que, decerto, darão um melhor contributo nas suas respostas.

Relativamente à coordenação dos meios aéreos, que foi a primeira questão que foi colocada, quero dizer que desde há vários anos — e isso tem sido melhorado ano a ano — o País dispõe de um Sistema Integrado de Operações de Proteção Civil e de Socorro e também de um Manual de operações com meios aéreos no combate aos incêndios florestais.

Assim, em qualquer um destes documentos estão perfeitamente plasmadas as regras de envolvimento, as regras de empenhamento e quem é que tem competência para atuar em cada um dos momentos.

E temos de distinguir aqui duas situações: ataque inicial, em que as regras estão perfeitamente definidas, não só o envio de um meio aéreo que

esteja mais próximo, e em que estão elencadas em cada um dos distritos do País as freguesias que, pelo seu risco, pela sua perigosidade, perante um alerta de incêndio permite que cada um dos comandos distritais para lá envie de imediato dois meios aéreos.

Portanto, há uma listagem bastante estática, que tem alguma margem de manobra e todos estes critérios estão perfeitamente plasmados nas normas.

Relativamente ao ataque ampliado temos exatamente a mesma coisa: uma intervenção de avaliação feita pelos comandantes de agrupamento que, depois, fazem a solicitação ao comando nacional. Não se trata de um processo burocrático, mas trata-se de um processo de priorização, ou seja, trata-se de garantir que, face a uma área grande do território nacional onde existem vários incêndios, o empenhamento dos meios aéreos pesados nacionais vai efetivamente para o local onde os meios aéreos façam mais falta.

Em todas estas respostas que vou dar vamos sempre chegar ao ponto de partida: a nossa competência para o combate. Mas eu queria recordar e realçar que o combate tem de voltar a ser a exceção, porque é o fim da linha, ou seja, não me parece que consigamos encontrar soluções para o problema nacional dos incêndios florestais com este foco imenso que continua a haver sobre o combate. O combate está a tentar suprir um conjunto de deficiências que estão a montante e é afetado também por essas deficiências.

Todo o conjunto de regras que existem e que também vieram à colação nas questões que foram levantadas acabam por nem sempre ser aplicáveis, ser operacionalizáveis, principalmente por uma razão: pelo número anormal de ignições que este País tem.

Nós temos de 2003 a 2013, no período de agosto, uma média de

ignições de cerca de 5400, ou seja, todas as nossas normas, todos os nossos procedimentos acabam por vir a ser afetados por um número de ignições excessivo e que ainda tem um problema a agravar-se: se virmos as estatísticas o que acontece é que estas 5400 ignições durante o mês de agosto... E quero lembrar que, em 2013, durante o mês de agosto tivemos 5844 ignições e que não estão aqui contabilizadas as ignições agrícolas que têm de ser combatidas pelo Dispositivo, porque elas confrontam com o espaço florestal e vão acabar inevitavelmente por criar incêndios florestais...

Portanto, este número de ignições, que, ainda por cima, é concentrado ao longo do verão em alguns distritos, fundamentalmente a norte — e não estamos a falar de uma distribuição homogénea em todo o território nacional e vai-se agravando conforme vamos para o norte do País —, acaba por, depois, ter algumas consequências na operacionalização e na concretização das normas. É porque — e foram focados aqui alguns aspetos —, por exemplo, temos a incapacidade de um gabinete técnico florestal estar em três ou quatro incêndios ao mesmo tempo; temos também a questão dos rescaldos e dos reacendimentos que está estritamente relacionada com o número de ignições e com a concentração de ignições no espaço e no tempo. Porquê? Porque se formos ler o relatório do INCF, que é publicado mensal ou quinzenalmente, é fácil perceber que existe uma correlação entre o maior número de reacendimentos nos locais que foram sujeitos a uma maior pressão, ou seja, os bombeiros tiveram que andar a acorrer a novas ignições, o que, obviamente, prejudica o trabalho de consolidação para evitar todos estes reacendimentos.

Há um Dispositivo montado, bem estruturado, doutrinado, que tem normas muito claras relativamente ao seu empenhamento, mas, em determinados momentos, a capacidade instalada, do meu ponto de vista, é

ultrapassada por excesso de ignições, ou seja, a melhoria, o desempenho da estrutura de combate acaba por ser afetada se não conseguimos intervir, por um lado, no número de ignições e, por outro lado, nas questões que têm a ver com o ordenamento do território e da gestão florestal e com o cumprimento do Decreto-Lei n.º 124/2006, particularmente no que respeita à defesa dos agregados e do edificado.

Se formos ver no histórico — e permitam-me usar um pouco a minha experiência —, todos os incêndios que nos primeiros 30 minutos tiveram edificado envolvido têm uma grande probabilidade de passar a ataque ampliado, porque a prioridade deixa de ser seguir as regras normais de contrariar a propagação do incêndio florestal e o empenhamento é fundamentalmente centrado na salvaguarda do edificado, das habitações e das infraestruturas que lá estão.

Também relacionado com isto, quanto à proporção entre os meios aéreos e os meios terrestres, as mesmas regras e as mesmas diretivas são muito claras: perante um incêndio florestal, no mínimo, são ativados, num período máximo de dois minutos, um meio aéreo e, pelo menos, três veículos de combate a incêndios florestais, sendo que o próprio meio aéreo transporta uma brigada.

Voltamos à mesma questão: muitas vezes, devido ao excesso de ignições, o que acontece é que não conseguimos, estritamente, em alguns momentos e em algumas áreas geográficas do País, cumprir estas normas, porque o número de ignições ultrapassa a capacidade que está instalada para responder. Ou seja, grande parte da otimização do Dispositivo passa também pela diminuição do número de ignições que o País tem.

Para isto é necessário sensibilizar, mudar comportamentos, atuar também coercivamente, e essa atuação tem de ter consequências, porque, se assim não for, não será possível.



Tive oportunidade, porque, infelizmente, também tive que ir ajudar no incêndio de Carvalhal da Mulher, no Caramulo. E, às duas da manhã, estávamos a combater um incêndio, e tínhamos um festival de fogo-de-artifício por todas aquelas aldeias, o que era muito visível porque estávamos num alto. Ora, isso não é, obviamente, compatível com um esforço para se resolver, a nível nacional, o problema dos incêndios florestais.

Esta é uma obrigação de todos e, obviamente, tem de haver aqui um outro tipo de abordagem e de ação, para garantir que, efetivamente, também cada um de nós, enquanto cidadãos, ou as entidades possam contribuir para a diminuição deste número. É dos aspetos mais críticos que temos de resolver.

Uma das questões que aqui também foi levantada tem a ver com a preparação, com o apoio, com a sustentação logística. O comandante operacional municipal, do meu ponto de vista e pela minha leitura da lei — vou repetir algo que já aqui foi dito, neste Grupo de Trabalho, mas não sou jurista, alguém terá de verificar — a minha leitura é a de que cada município deve ter um comandante operacional municipal. Ele é o interlocutor privilegiado, o comandante distrital, fundamentalmente, em sede de planeamento, ou seja, tudo o que por vezes falha em termos de alimentação, de recuperação, falha porque não estava preparado; não é perante um incidente que se vai resolver o problema, ele tem de estar preparado, previamente.

A utilização, a disponibilização de máquinas de rastos, saber onde é que os bombeiros vão dormir, se houver necessidade, para onde se deslocam as pessoas que, eventualmente, tenham de ser retiradas de zonas — não porque as casas estejam ameaçadas, mas porque há problemas que podem afetar a sua saúde e isso tem de estar preparado previamente —,

este é um trabalho do comandante operacional municipal da maior importância, ou seja, garantir a articulação entre todas as entidades, preparar aquilo que, em português, se costuma dizer «fazer o trabalho de casa», para que, na hora em que for necessário, ele esteja efetivamente pronto para ser utilizado.

Temos uma distribuição muito pouco homogénea de capacidades, em termos de recursos humanos, ao longo do País.

Há realmente zonas do País onde o número de bombeiros, com as condições que, hoje, são oferecidas, está a aumentar, está a crescer. Temos outras zonas do País onde efetivamente não conseguimos aumentar este número, por duas ordens de razões, do meu ponto de vista: por um lado, porque há zonas onde, efetivamente, a desertificação humana, hoje, é um facto difícil de contrariar, ou seja, já não há população em número suficiente para fornecer uma base de recrutamento adequada às necessidades. E isto é uma expressão...

O Sr. Abel Baptista (CDS-PP): — Não há mancebos!

O Sr. Comandante Joaquim Chambel: — Exatamente! Agradeço: não há mancebos para integrar os bombeiros.

Ainda por cima, isto está a passar-se em zonas que são nas zonas florestais, e isto acaba por ser mais grave, porque são algumas das zonas onde esta desertificação faz mais sentido.

Isto para dizer que uma das questões que aqui foi colocada, relativamente à força especial de bombeiros, à incrementação das equipas de intervenção permanente, faz todo o sentido nessas áreas. Isto porque estamos a ter áreas com grande nível de desertificação, com grandes áreas florestais, onde se tem de encontrar outro tipo de soluções para garantir o

reforço e a capacidade de combate, dado que não há já população suficiente para, através dos corpos de bombeiros existentes, garantir esse recrutamento e, depois, a existência de combatentes formados e treinados e que estejam disponíveis.

Já que falei na formação, quero dizer o seguinte: a formação de um bombeiro, hoje, demora cerca de um ano a um ano e meio; entre o seu período de formação, de treino, e o período probatório, demoramos cerca de 12 a 14 meses para termos um bombeiro pronto; pronto, mas ainda sem experiência e, portanto, apenas com a experiência que pode adquirir, muito parca, porque aqui há um fator de disponibilidade. E durante o período probatório, pode não haver incêndios, portanto, ele pode estar a fazer um serviço, estar a garantir o seu tempo, mas pode não ter nenhum incêndio.

A formação dos bombeiros, hoje, é uma formação muito boa e muito completa. Claramente, e bem avaliado, temos dificuldades de treino, ou seja, o treino é algo que a Autoridade Nacional também assumiu como reforço, há dois anos, que está a incrementar, particularmente na questão dos incêndios florestais, e introduzindo até algumas áreas que não estavam a ser muito divulgadas, nomeadamente a formação e o treino com máquinas de rastos, pesadas, que foi uma inovação, no ano passado. Tínhamos já pessoas preparadas, hoje, temos pessoas perfeitamente credenciadas para fazerem uma rentabilização destas máquinas, quando conseguimos que elas sejam disponibilizadas no teatro de operações.

Há zonas onde o trabalho de casa, como há pouco disse, está muito bem feito; há outras onde as dificuldades são maiores. E também há outras zonas onde não se consegue mesmo, quer pela orografia, pela natureza dos terrenos ou pela inexistência dos equipamentos em tempo útil.

Relativamente aos postos de comando, a Sr.<sup>a</sup> Deputada...

A Coordenadora: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Oneto teve que se ausentar, pelo que pede desculpa.

O Sr. Comandante Joaquim Chambel: — Teve de ausentar-se, mas eu deixarei aqui o registo da resposta.

O sistema de gestão de operações que regula o sistema de comando operacional, e que decorre diretamente do DIOPS, determina claramente que a única função que é obrigatória é a do comandante das operações de socorro. Não é muito expectável que tenhamos bombeiros de terceira a ser o primeiro COS, porque aquilo que é expectável é que, pelo menos durante o período da Fase *Charlie* ou quando temos Dispositivo, haja um bombeiro de primeira a chefiar a primeira equipa.

Este sistema de comando operacional é evolutivo, tem quatro fases. Depende de quê? Da necessidade de comando e controlo. Portanto, está indexado a números de meios que estão empenhados naquela operação. Não tenho para mim, e não posso falar pelo todo nacional, não tenho conhecimento pormenorizado, mas da experiência que tenho isto é algo que está a funcionar, ou seja, há um primeiro COS e vai crescendo o sistema de comando, conforme os meios que são envolvidos.

Hoje, temos pessoas, temos equipas de posto de comando já pré formatadas; tem sido feito um grande esforço de treino operacional, além da formação em complemento da formação sobre estas equipas e sobre o quase universo dos quadros de comando dos corpos de bombeiros; e há pessoas preparadas para ocuparem as diferentes funções que têm de garantir o funcionamento de todo este processo de decisão, para que o comandante das operações de socorro possa tomar a melhor decisão ou a melhor decisão possível, face à ocorrência.

Em ataque ampliado, é talvez... Não posso concordar com a afirmação que aqui foi feita, é mais visível a existência do posto de comando, efetivamente, quando há ataque ampliado.

Mas a experiência que temos — e basta vermos os registos que temos no sistema nacional — é a de que temos sempre um comandante de operações de socorro. Começamos a ter mais meios, de acordo com as proporções que estão definidas, e temos um oficial de operações, temos um oficial de logística, e temos um oficial de planeamento, que vai crescendo, conforme os meios que vão sendo empenhados na operação.

Os comandantes de agrupamento distrital que foram criados, e que estão neste momento, desde junho do ano passado, são um instrumento, são um estado-maior do comandante nacional, e são um instrumento fundamentalmente da ANPC para garantir o comando, a capacidade de comando e controlo. Não é viável um comandante nacional para 18 comandantes distritais e que, no fundo, funciona como veículo de transmissão, nos dois sentidos, para garantir o planeamento, para tentar harmonizar os procedimentos entre os diferentes CDOS, e tentar harmonizar estes procedimentos, indo buscar as melhores práticas que existem, e a sua eventual necessidade numa estrutura política dependerá, obviamente, da evolução legislativa e da própria organização administrativa do País.

Penso que também não deixará de fazer sentido, dado que hoje os comandantes distritais assumiram as responsabilidades no sistema de proteção civil que eram dos governadores civis, também os comandantes de agrupamento virem a ter responsabilidades nesta área.

Estamos com oito meses desta nova função. O início foi numa época bastante atribulada, porque já estávamos em plena fase grave, logo,

imediatamente a Fase Charlie do Dispositivo e é um processo que está, neste momento, em consolidação.

Estamos, hoje, a fazer o trabalho que era expectável que fizéssemos, de planeamento, de organização, de garantir esta transmissão de boas práticas entre toda a estrutura ANPC.

Faz todo o sentido do mundo — é algo de que já se fala há muitos anos — a criação de uma carreira de gestão de emergência; faz todo o sentido que, para mim independentemente das origens, do *background* de cada um dos elementos, exista um modelo formativo e a perspetiva de uma carreira para todas as pessoas que, hoje e amanhã, venham a assumir estas responsabilidades na estrutura da proteção civil nacional.

Penso que de uma forma que não foi tão sucinta, como eu desejaria...

O Sr. Miguel Freitas (PS): — Gostava só que se pronunciasse sobre a força especial dos bombeiros.

O Sr. Comandante Joaquim Chambel: — A força especial dos bombeiros é uma força que tem dado excelentes resultados — obviamente, esta é a minha apreciação também com um cunho pessoal muito grande — e é uma «arma» de mão do Estado português, e que tem uma grande vantagem: é que o *standard* da força e de todos os seus elementos é igual.

Ou seja, sabemos que, independentemente de onde for a atuação, independentemente de onde sair uma determinada equipa ou conjunto de equipas, o *standard* de atuação vai ser sempre o mesmo, porque a sua formação está perfeitamente normalizada, e aquilo que é expectável também da sua resposta também está minimamente normalizado.

Penso que é uma força que inevitavelmente vai ter de crescer.

Os problemas que temos de desertificação humana do País vão ser uma das razões, um dos motivos pelos quais esta força vai ter de crescer para garantir que existe capacidade de intervenção em todo o território nacional, independentemente da população que esse território tenha ou não tenha.

Esta força também criou novos *standards*, acabou por elevar os *standards* da força bombeiros, no geral, porque também em determinados momentos e em determinadas áreas passou a ser uma referência. Portanto, penso, muito sinceramente, que não só tem futuro, como, até pelas próprias necessidades do País, vai ter de crescer nos próximos anos.

A Coordenadora: — Muito obrigada, Sr. Comandante.

Dou agora a palavra ao Sr. Comandante Carlos Rodrigues Alves.

O Sr. Comandante Carlos Rodrigues Alves (CODIS-Porto): — Bom dia, Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente e Srs. Deputados.

Quero agradecer os cumprimentos que nos endereçaram e retribuí-los com naturalidade.

Vou seguir a ordem das perguntas, se não se importarem, evitando falar em alguns pontos em que o Sr. CADIS já falou. Penso que são mais do âmbito dele, mas de qualquer das maneiras, estarei à disposição para qualquer pergunta que queiram ver mais esmiuçada, se me permitem a expressão.

Começando aqui por responder ao Sr. Deputado Hélder Amaral, penso que não há grande coisa a acrescentar ao que o Sr. CADIS se referiu, porque, realmente, os protocolos estão perfeitamente definidos e está perfeitamente definido na cabeça de um CODIS, ou de toda a estrutura que o apoia, a forma de empenhamentos dos meios aéreos.

Passando à pergunta que foi feita no sentido de saber se podemos ter ou não, ou se é benéfico ter meios aéreos sem pessoal no terreno, na minha jurisdição, de certeza que não há nenhum meio aéreo que vá para um teatro de operações sem ter pessoal no terreno. O próprio comandante das operações se me pedir um meio aéreo sem ter ainda ninguém no terreno é-lhe imediatamente recusado porque o meio aéreo vai lá e o trabalho não é benéfico porque não é consolidado o trabalho que o meio aéreo está a fazer.

Portanto, a regra de empenhamento está perfeitamente definida e é seguida à risca.

Passando para as perguntas da Sr. <sup>a</sup> Deputada Isabel Oneto, mais propriamente as que dizem respeito ao Porto, diria que o Porto tem realmente, neste âmbito dos incêndios florestais, durante as três fases mais complicadas, um número de ocorrências entre os 25% e os 33%, ultrapassando estes valores pontualmente.

A média deste ano, curiosamente, foi 28,1%, portanto, subiu em relação a tudo o que programámos para esta época.

A título de curiosidade, tivemos 12 dias com mais de 100 ignições, diariamente. Se formos contabilizar os incêndios agrícolas, que depois, nesta avaliação, deixamos cair, três deles ultrapassaram as 150 ignições, houve dois dias com 151 e um dia com 153 ignições. Portanto, é qualquer coisa fora do vulgar.

Como é que baixamos isto? Todos nós, na estrutura, andamos à procura dessa resposta, mas presumo que não estará no terceiro pilar. Isso com certeza que está no primeiro e até no segundo pilar.

Quanto ao número de bombeiros, felizmente o distrito do Porto não tem falta de bombeiros: tem 3461 bombeiros registados no Registo Nacional de Bombeiros. Claro que isto refere-se sempre a uma data e a data é as 11 horas do dia de ontem em que estava registado esse número de



bombeiros.

Quanto à capacidade de renovação, neste momento há 40 bombeiros que vão fazer a sua prova de ingresso e, presumo que até finais de julho, haverá cerca de 300, se não houver nenhuma atrição que os faça perder este ritmo.

Quanto ao posto de comando operacional também penso que o Sr. Comandante foi extremamente conciso e explicou a forma como se articula. Gostaria só de dizer que a todo o momento há sempre um posto de comando, nem seja muito sumário, porque se estiverem só 5 homens no terreno não é precisa toda aquela panóplia de oficiais de ligação, de responsáveis pelas operações, responsável pela logística, etc. Depois, conforme isto vai evoluindo, o posto de comando vai-se articulando até que, a determinada altura, é avocado pela estrutura operacional da ANPC e os meios da Autoridade Nacional de Proteção Civil obrigatoriamente vão para o teatro de operações sendo que, quando a nossa avaliação é a de que aquilo vai evoluir para uma situação destas, estes meios de apoio ao combate da ANPC, nomeadamente os veículos de comando, com a toda a panóplia que levam atrás, são disponibilizados para o comandante das operações de socorro antes propriamente da estrutura da ANPC chegar.

Quanto à logística, referindo-me ao distrito do Porto, não tenho qualquer reporte a fazer porque sempre correu bem, nunca houve problemas nos teatros de operações.

No cômputo geral, o atraso de uma refeição que não chega aos bombeiros à 1 hora da tarde e chega às 2, há sempre estas coisas, mas, regra geral, nem isto acontece. Isto também devido ao grande trabalho de casa que é feito, como referiu aqui o Sr. Comandante, também em articulação com os Srs. Presidentes de câmara, serviços municipais de proteção civil, as próprias corporações de bombeiros, etc.

Quanto aos planos municipais de emergência e planos distritais, se não é ativado nenhum plano municipal, também não estou a ver o porquê de ser ativado um plano distrital. Penso que é a opinião geral entre nós.

Depois, tentando responder às perguntas do Sr. Deputado Maurício Marques, já me referi ao número de ignições. Quanto ao número de reacendimentos, quando a simultaneidade de ignições é enorme e a necessidade de operacionais é consumida no ataque inicial, por vezes, o incêndio não é tratado em todas as suas fases até ao fim, porque é necessário retirar meios para acorrer a outra ignição e isto faz com que por vezes haja reacendimentos. Tem a ver com isso porque os bombeiros têm formação adequada e sabem como as coisas se fazem e como terem sucesso. Eles próprios não gostam porque nós também lhes vamos perguntar porquê. De qualquer das formas, este foi um ano extremamente difícil, como todos sabemos.

Penso que conhecem — não é nada de novo: o boletim climatológico sazonal do Instituto Português do Mar e da Atmosfera considera o 10.º ano mais quente desde 1931 e o 6.º mais seco. Isto tudo conjugado faz a severidade que este ano tivemos e que ultrapassa todas as estatísticas que tínhamos.

Quanto à falta de formação, também não há nada a dizer. O Sr. Comandante foi extremamente conciso. Ele referiu-se aos tempos mínimos. Por vezes chegamos a ter os bombeiros em formação durante cerca de dois anos para poderem fazer a sua prova de ingresso. O que é que temos aqui? Falta de experiência na realidade do combate. Temos duas maneiras de treinar — praticar, repetir, insistir —: ou em situação real em situação simulada. Para eles treinarem em situação real tem de haver incêndios e eles chegam à sua época de integrarem as equipas para irem para os incêndios e depois alguns vão ganhando experiência aí, na realidade.

O simulado tem o valor que tem, habitua-os e tudo, mas nada como o real e havemos de ter sempre este problema, penso eu, do treino operacional, digamos assim, e em ambiente real.

É lógico que, depois, os indivíduos que têm mais experiência, como todos nós, vão avançando na idade e os reflexos e toda a agilidade também se vai perdendo. Portanto, também é interessante falarmos desta dicotomia, mas a realidade é precisamente esta e não há grande volta a dar.

Quanto ao balanceamento de meios, o Porto é conhecido a nível nacional pelo seu número de bombeiros e por ter 45 corporações de bombeiros voluntários, mais duas profissionais e mais cinco particulares. De qualquer das formas, este ano, o Porto teve 19 grupos que foram balanceados desde Lisboa até Vila Real porque Vila Real também teve grupos a combater no Porto. Ou seja, 19 grupos, entre grupos de ataque ampliado, grupos de reforços a incêndios florestais, sendo que o Porto tem, em permanência, dois grupos de combate a incêndios florestais — a formação é praticamente a mesma mas é para trabalhar dentro do próprio distrito e também são projetados como meios de ataque ampliado. Mesmo assim foi necessário balancear 10 grupos exteriores ao Porto para este ano.

Podemos fazer contas, mas vocês balancearam 21 grupos. Também é verdade. Só que tem a ver com o número e ignições, os dias, etc. O que é certo é que quando os grupos exteriores ao distrito do Porto tiveram em trabalho dentro do distrito do Porto, esses grupos do Porto também estavam lá a combater.

Deixo como referência esse balanceamento de meios do distrito do Porto para os outros distritos. Chegou a haver um conjunto de três dias — 22, 23 e 24 de agosto — em que estiveram três grupos fora, o que faz cerca de 90 combatentes e são 24 meios de combate que estão fora.

Houve também um empenhamento consecutivo do grupo de ataque

ampliado de 17 dias consecutivos e claro que isto pesa muito na logística, principalmente dos meios de combate. Foi preciso reparar as avarias no próprio teatro de operações, porque é um parque envelhecido — os veículos de combate do distrito do Porto têm uma média de idade de 17 anos. Portanto, estando os veículos sujeitos a dias consecutivos de combate, é lógico que as avarias vão aparecendo.

Tudo isto são dificuldades acrescidas para os «jogadores» que têm um conjunto de meios. Como eu digo na gíria — e perdoem-me a expressão —, o comandante distrital é um indivíduo que tem um jogo com o número de meios e vão jogando as peças até que a determinada altura elas vão esgotar-se.

Penso que falei de todas as questões.

O Sr. Deputado Miguel Freitas pediu-nos frontalidade. Penso que já deu para perceber que eu só sei ser assim, só sei ser frontal.

Quanto à relação CADIS/CODIS (penso que tocou esse ponto), não há nada a dizer no Agrupamento Norte. Sou de uma escola onde aprendemos a respeitar uma hierarquia e também nos ensinam que a cada momento o indivíduo exerce a sua função de comando até ao que está prescrito e até estar sob a sua jurisdição. Quando isso termina, pois, passa-se para o escalão acima.

Não houve qualquer problema. Penso que é um facilitador, porque ele consegue agilizar e distribuir os meios dentro do próprio agrupamento e, a partir daí, sem estarmos preocupados em fazer essas ligações e mais focados para a parte do combate, porque é isso que interessa aos cidadãos que servimos.

Quanto à uniformização da formação, não posso estar nada mais de acordo com o Sr. Comandante porque, independentemente do meio de onde vimos, alguns de nós chegam com alguma facilidade às tarefas de comando

mas teremos com certeza outras dificuldades noutras áreas e faz todo o sentido haver uma formação de conjunto voltada para esta área, onde toda a gente fique a falar a mesma linguagem, o que facilita muito.

O que estamos a falar e a tentar dizer... Penso que andamos aqui a chamar-lhe Força Especial de Bombeiros (FEB), andamos aqui a chamar Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro da GNR, estamos aqui a falar da profissionalização, penso eu. A FEB só faz aquilo, faz sempre da mesma forma, como eu disse, e em qualquer teatro de operações, depois da leitura do terreno, atua da mesma forma.

Quanto à formação especial de bombeiros e GIPS, a única coisa é que com os GIPS, como são autoridade — e isto resulta da experiência que tenho, não do Porto mas de Bragança, de onde vim dos primeiros anos da minha comissão, onde trabalhava com os GIPS —, havia aquele problema em que um comandante das operações de socorro dizia: «Sr. Comandante, olhe que aqui estou a apagar e atrás andam a aparecer novas ignições». Depois, rapidamente se injetava uma equipa da GNR, que fazia as duas coisas, ajudava no combate e a sua própria presença no terreno evitava que os malfeitores continuassem com essas ações.

De qualquer das formas, uma força especial de bombeiros — estamos a falar aqui de profissionalização —, penso que sim, porque dá-nos uma garantia diferente da do voluntário. Realmente, como o próprio nome indica, o voluntário aparece quando pode — deixo aqui o meu reconhecimento ao seu trabalho, que é ótimo e eu próprio não sei se estaria na disposição de fazer o trabalho que eles fazem —, deixando as suas famílias, nos poucos momentos que têm para descansar, integrando estas equipas e ajudando no combate a este flagelo.

Quanto aos meios de combate indireto, penso que se estava a referir, mais propriamente, a máquinas de rastos. Sendo radical e frontal, costume

dizer que há duas maneiras de se apagarem incêndios: com fogo e com máquinas de rastos. As máquinas de rastos são, realmente, uma grande mais-valia. Em Portugal, não temos o hábito de fazer combate direto com máquinas de rastos, mas os nossos vizinhos espanhóis fazem-no; fazemos só combate indireto. Mas elas são ótimas, pois não só nos ajudam a apagar os incêndios, como nos ajudam a consolidá-los, ou seja, acabávamos, também, com o problema dos reacendimentos.

Não há grande cultura de emprego destas máquinas, mas estamos a fazer um grande esforço, junto da Autoridade Nacional de Proteção Civil, não só para dar formação, mas também para sensibilizar quem trabalha connosco de que as máquinas de rastos são, realmente, um ótimo veículo para nos ajudar neste desígnio, que não é fácil.

Relativamente à questão da necessidade de meios GRUATA (grupos de reforço de ataque ampliado), GRIF (grupos de reforço para incêndios florestais), etc., estes grupos de ataque ampliado são uma mais-valia, porque estão vocacionados para isso. Estão ali à disposição, sabemos a cada momento quando estão disponíveis, para onde é que podem ser balanceados, etc., e cá está uma das funções em que os CADIS (comandantes de agrupamento distrital) são os facilitadores nesta matéria.

Quanto a grupos de reforço a incêndios florestais, a formatação é praticamente a mesma, sendo que, para poderem integrar os grupos de ataque ampliado, os elementos têm de ter já, à partida, determinadas qualificações.

A Sr.<sup>a</sup> Coordenadora: — Sr. Comandante, peço muita desculpa, mas tenho de lhe pedir que conclua.

O Sr. Comandante Carlos Rodrigues Alves: — Estou mesmo a acabar.

Penso que são uma mais-valia para o combate.

A Sr.<sup>a</sup> Coordenadora: — Não estava à espera de uma reação tão rápida...

*Risos.*

Julgo que o Sr. Comandante Joaquim Chambel ainda tem algo a acrescentar, não sei se prefere que fique para o fim...

O Sr. Comandante Joaquim Chambel: — Falarei no final, Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> Coordenadora: — Nesse caso, tem, agora, a palavra o Sr. Comandante Armando Silva, CODIS de Viana do Castelo.

O Sr. Comandante Armando Silva (CODIS — Viana do Castelo): — Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, Srs. Deputados, antes de mais, gostaria de agradecer e retribuir os cumprimentos que, inicialmente, nos endereçaram e agradecer a oportunidade de participar neste Grupo de Trabalho.

Julgo que o Sr. CADIS, complementado pelo Sr. Comandante Distrital do Porto, já respondeu a uma grande parte das questões e, por isso, eu iria ser extremamente repetitivo, porque concordo plenamente com aquilo que aqui já foi abordado.

Iria, talvez, pegar um pouco mais nas questões que foram diretamente dirigidas ao distrito de Viana do Castelo. Basicamente, o

distrito de Viana do Castelo tem um problema — que VV. Ex.<sup>as</sup> já detetaram há muito tempo — que é o défice de operacionais. É um problema estrutural de Viana do Castelo.

Tem défice de elementos operacionais — permitam-me pegar nas palavras do Sr. Comandante Chambel —, mas julgo que parte do problema estará a montante e não tanto no combate. Isto é, o grande problema de Viana do Castelo, como o de outros distritos, nomeadamente o do Porto, está no excesso de ignições.

Quando estamos num patamar de ignições à volta da dezena, estamos a falar de uma realidade de muitas ocorrências. Quem consultou os relatórios da Autoridade Florestal Nacional, agora ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), vê que existem distritos que têm menos ignições na época inteira do que Viana ou do que o Porto têm em alguns dias. Julgo que o problema estará, sobretudo, aí.

Este ano foi um ano muito particular. Viana do Castelo, em termos de índice de severidade, teve o pior ano dos últimos 14. O índice de severidade, em Viana do Castelo, nos meses de agosto e setembro, foi superior a 2010, consideravelmente superior...!

Portanto, existem excesso de ignições e poucos elementos operacionais.

Começando por tentar responder a algumas questões que aqui foram colocadas — aliás, a primeira penso que foi a da Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Oneto, que perguntou como poderia o Estado colaborar—, eu diria que ainda recentemente terminei um périplo por todos os municípios, nos quais me reuni com o poder político e com os elementos técnicos, e uma das preocupações manifestadas foi a de saber de que forma os municípios poderiam colaborar no apoio, com incentivos, à captação de voluntariado.



Vi bastante recetividade da parte dos municípios para tentarem aprovar algumas benesses — chamemos-lhe assim —, mas também reconheço uma coisa para a qual o Sr. Comandante Chambel alertou: o facto de o universo de recrutamento ser, infelizmente, também cada vez mais pequeno, sobretudo nos municípios do interior.

Por exemplo, em municípios como Arcos de Valdevez, Melgaço, Paredes de Coura, Ponte da Barca, a desertificação começa a sentir-se e, na parte da serra, muito mais. Por isso, não bastam medidas de atratividade de voluntariado, é necessário combater a desertificação que se sente. De qualquer forma, esse trabalho está a ser feito.

Em Arcos de Valdevez, que é um dos municípios que, infelizmente, foi muito badalado nesta época de fogos, fruto da mata do Ramiscal e de ter ali uma das «joias da coroa» do Parque Nacional da Peneda-Gerês, terminou recentemente um curso de instrução inicial com 27 bombeiros que, obviamente, vão iniciar agora um período probatório, portanto, ainda não vamos contar com eles para esta época de fogos. Esta demora, por vezes, faz-se sentir quanto a estes elementos e a dúvida do comandante local era se estes elementos não iriam «tapar buracos» — permitam-me a expressão — de elementos que entretanto emigraram e de outros que vão emigrar. Portanto, temos esta dificuldade. Efetivamente, aquilo de que necessitávamos, em Viana do Castelo, era de mais operacionais.

Conseguimos responder, aliás, recentemente, tivemos uma situação de alerta por condições meteorológicas adversas e Viana do Castelo respondeu. Na situação de normalidade, respondemos; na exceção, necessitamos de recorrer ao apoio exterior.

Normalmente, era o Porto a primeira «vítima» das necessidades de Viana do Castelo, fruto do elevado número de bombeiros, mas este ano

ainda tivemos a agravante de o Porto ter tido um número superior a 5000 ocorrências.

Portanto, como disse o Sr. Deputado, necessitávamos de reforço de FEB (Força Especial de Bombeiros «Canarinhos») e de EIP (equipas de intervenção permanente). Gostava de dar nota de que só existem duas EIP em Viana do Castelo, em Ponte da Barca e Ponte de Lima, em 12 corpos de bombeiros. Neste périplo que fiz pelos municípios, alguns manifestaram, neste momento, abertura para darem apoio à criação de EIP.

Quanto às equipas de sapadores florestais e ao reforço de GIPS (grupos de intervenção de proteção e socorro), no fundo a prioridade devia ser tentar agarrar tudo aquilo que pudéssemos agarrar na primeira intervenção, porque, a partir do momento em que existem ocorrências a passar ao ataque ampliado, efetivamente, Viana do Castelo perde a capacidade de resposta. É uma limitação que temos.

No que diz respeito à questão do PONG (Plano Operacional Nacional para o Parque Nacional da Peneda-Gerês), respondendo ao Sr. Deputado Miguel Freitas, considero-o uma mais-valia.

No caso de Viana, o PONG prevê uma equipa da FEB preposicionada no Soajo, junto à casa do Adrão. Provavelmente, até daria jeito ter lá mais algum reforço noutro ponto. Existe uma mancha definida como área de intervenção daquela equipa e movimentá-la para outro lado da serra é um pouco demorado, mas é uma tremenda mais-valia. Se é um exemplo a replicar por outros locais, provavelmente sim.

Em relação aos GRUATA, eles foram inestimáveis nesta época, os GRUATA e os GRIF. Em 43 dias, tivemos mais de 1200 ocorrências, com picos de 62 ocorrências por dia. Obviamente, algumas passaram ao ataque ampliado e estes grupos foram inestimáveis. Não sei se lhe respondi, mas foram inestimáveis para a resolução de algumas situações. Os grupos já

vêm devidamente formatados, com comandamento próprio, perfeitamente integrado e que se integra nas operações, portanto foram uma mais-valia.

O Sr. Miguel Freitas (PS): — Tiveram o apoio, por exemplo, de corpos de GRUATA de Lisboa?

O Sr. Comandante Armando Silva: — Sim, de Lisboa, do Porto, de Coimbra, de Aveiro, de Santarém, de Leiria, e GRIF de Braga e de Vila Real. Infelizmente, Viana do Castelo teve necessidade de muito apoio de GRIF.

A Sr.<sup>a</sup> Coordenadora: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abel Baptista, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. Abel Baptista (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, gostaria de colocar uma questão muito concreta ao Sr. Comandante Armando Silva, que saúdo.

É um dado nacional que Viana do Castelo é dos distritos que tem mais complicações em termos de conseguir obter voluntários para os seus 12 corpos de bombeiros (11 voluntários e um profissional). Neste caso, já foi encarada a hipótese, com o comando e com a comunidade intermunicipal, de criar corpos de bombeiros supramunicipais?

A Sr.<sup>a</sup> Coordenadora: — Sr. Comandante, peço desculpa por interromper, mas por uma questão de justiça, juntou-se-nos, não sei se reparou, o Sr. Deputado João Ramos, do Grupo Parlamentar do PCP, que, na altura, como já estávamos na fase das respostas, optou por não colocar qualquer questão. Agora, tendo sido aberto o precedente, poderemos abrir

outro extraordinaríssimo precedente. De qualquer forma, não seria justo os Srs. Comandantes não ficarem a saber que, entretanto, se encontra entre nós o Sr. Deputado representante do Grupo Parlamentar do PCP.

Tem a palavra, Sr. Comandante.

O Sr. Comandante Armando Silva: — Efetivamente, Viana do Castelo tem 12 corpos de bombeiros, como disse e muito bem, 11 voluntários e 1 municipal e, também como disse, tem poucos bombeiros.

Aliás, à data de ontem, os dados do RNBP (Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses) davam conta de 27 elementos de comando, no total do distrito, e cerca de 588 bombeiros no quadro ativo. Estes são números dinâmicos, como é óbvio, mas gostaria de dar nota de que o número de elementos no quadro de reserva anda muito perto de 500. Estamos a falar dos tais que, eventualmente, emigraram, etc.

Quanto à criação de corpos de bombeiros supramunicipais ou através da CIM (comunidades intermunicipais), não lhe vou mentir — estou no CODIS desde junho, como sabe —, é uma possibilidade que ainda não foi colocada, embora também tenha noção de que para criarmos esse corpo de bombeiros teríamos de pensar, talvez, numa estrutura profissionalizada. Se não existe capacidade de voluntariado naqueles corpos que já existem tradicionalmente, nos novos, na criação de um novo corpo de bombeiros, julgo que o voluntariado estaria fora de questão, muito sinceramente.

*Aparte inaudível na gravação*

Sinceramente, julgo que foi muito positiva. Para dar uma ideia, diria que o plano prevê duas zonas de intervenção: a mata de Albergaria, do lado de Braga, onde durante 12 horas está posicionada uma equipa na Pedra

Bela, sob a responsabilidade dos GIPS, da GNR e, outras 12 horas, sob a responsabilidade do ICNF; e a zona da mata do Ramiscal, em Viana do Castelo, que é guarnecida 24 horas com uma equipa da FEB.

Julgo que é uma tremenda mais-valia, até por outro aspeto, não só a rapidez de intervenção, da tal primeira intervenção, numa zona muito longínqua do corpo de bombeiros responsável por aquela área, que é Arcos de Valdevez — de Arcos de Valdevez à Gavieira, ao Soajo, a Cabreira é uma distância considerável —, mas sobretudo a sua presença no terreno. Eles conseguiram integrar-se perfeitamente na população, são muito bem vistos pela população, e têm todo o apoio da junta de freguesia local. Para lhe dar uma ideia, quando fui lá recebê-los, no dia 1 de julho, o presidente da junta colocou logo à sua disposição uma televisão, um micro-ondas e uma série de equipamentos.

Portanto, eles estão bem integrados, participam em ações de sensibilização e, sobretudo, são vistos quase como uma força dissuasora. Embora não tenham essa competência, ao contrário dos GIPS, são vistos um pouco como uma força dissuasora, como alguém que está ali para ajudar, e a própria população acaba por não querer dar-lhes trabalho. Portanto, julgo que são uma mais-valia.

A Sr.<sup>a</sup> Coordenadora: — O Sr. Comandante Joaquim Chambel pretende ainda acrescentar uma informação sobre uma matéria que ficou pendente. Faça favor.

O Sr. Comandante Joaquim Chambel: — Peço desculpa, mas ficou uma pergunta por responder, de que vou dar agora nota, relativamente à cooperação das forças no terreno.

O trabalho que, há vários anos, tem vindo a ser desenvolvido em cada um dos comandos distritais em sede dos centros de coordenação operacional distrital, onde estão todas as forças, permite que hoje, num teatro de operações onde estão presentes os bombeiros, a força especial de bombeiros, os GIPS, os sapadores florestais, a AFOCELCA e as Forças Armadas, por resultado da construção do treino conjunto, da formação conjunta que foi sendo dada, pela coordenação e cooperação entre as entidades, pela necessidade que se sente no terreno e também porque estão interligadas nos sistemas de telecomunicações, não só no SIRESP mas também em banda alta, não se encontrem diferenças no envolvimento e no trato entre estas forças.

É óbvio que, como em todas as respostas que dei, estou a falar da regra. Como estamos a falar, nalguns casos, de forças sazonais, que são contratualizadas para estas situações, aqui e além, com certeza, é capaz de haver algum atrito entre pessoas. Mas a regra é que, no terreno, isto está a funcionar efetivamente muito bem, sem qualquer tipo de constrangimentos.

Para terminar, quero dizer que os dispositivos de combate a incêndios florestais que anualmente são preparados são dinâmicos, ou seja, todos os anos aparecem inovações, todos os anos há necessidade de tentar encontrar soluções para os constrangimentos encontrados nos processos de avaliação que anualmente são feitos.

Já falámos aqui de GRIF e de GRUATA. Mas isto tem a mesma constatação? Pois tem, mas a verdade é que tivemos alguns incidentes com GRIF e não tivemos incidentes com os GRUATA. Para estar nos GRUATA há um conjunto de parâmetros de competências que obrigatoriamente têm de ser cumpridos.

Portanto, a ideia que quero aqui deixar é esta: sabemos que há problemas endógenos e que há problemas que são exógenos, que advêm do

número de ocorrências, do desordenamento do território, da falta de proteção do edificado e que acabam por trazer dificuldades, não está tudo perfeito, mas há uma perspetiva permanente de melhoria.

Depois dos incêndios de 2013 foram levantadas questões e houve muitas reclamações, perfeitamente legítimas, porque os casos aconteceram, relativas a problemas com a alimentação e com o repouso dos bombeiros, que considero que são a exceção. Mas como o mau exemplo já foi aqui expresso, quero deixar aqui também nota daquilo que de bom se faz.

Desde há vários anos que se vêm criando bases de apoio logístico fundamentalmente com o objetivo de que estes grupos, que se movimentam em reforço, que são balanceados no País, tenham condições para descansar, para tomar banho, para a sua recuperação.

Trouxe comigo um conjunto de fotografias da base de apoio logístico mais recente que temos no País, e que representa o *standard* que queremos. Em 2013, 5000 operacionais receberam apoio nesta base durante os trânsitos ou no período em que pararam para recuperar. Tenho comigo um conjunto de fotografias para que os Srs. Deputados possam ver.

A Sr.<sup>a</sup> Coordenadora: — Certamente não serão suficientes para todos os Srs. Deputados. De resto, eu pediria aos Srs. Comandantes (CADIS — Centro Sul, CODIS — Porto e CODIS — Viana do Castelo) para, caso possam, nos deixarem toda a documentação que entenderem oportuna.

Toda a informação e todo o material de trabalho que aqui nos puderem deixar — sejam as vossas apresentações, sejam quaisquer documentos, números ou dados — serão um contributo excelente para o nosso trabalho, em particular do Sr. Deputado Relator, e, por isso, ficamos-vos-íamos muito gratos.

O Sr. Comandante Joaquim Chambel: — Então, para terminar, quero dizer-vos muito claramente que todo o esforço, toda a competência demonstrada pelos bombeiros e por todas as outras forças acontece porque todos nós perseguimos um objetivo de excelência. Nem sempre o conseguimos incrementar com a rapidez que é desejável, fazemo-lo com o que é possível, mas já há, realmente, *standards* de excelência em todo este processo que, paralelamente àquilo que efetivamente tem de ser melhorado, não podem ser esquecidos.

A Sr.<sup>a</sup> Coordenadora: — Muitíssimo obrigada, Sr. Comandante Joaquim Chambel.

Em nome do Grupo de Trabalho, agradeço muito penhoradamente aos Srs. Comandantes Joaquim Chambel, Carlos Rodrigues Alves e Armando Silva o facto de se terem deslocado ao Parlamento para darem a sua visão e o seu contributo incontornável para o sucesso deste nosso trabalho.

Agradecendo, mais uma vez, a vossa presença, solicito que deixem aos serviços de apoio quaisquer elementos que nos possam disponibilizar.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

*Eram 13 horas e 32 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.